



Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E.

Relatório de
Governo
Societário

2021

Instituto Português de Oncologia de
Coimbra – Francisco Gentil, E.P.E.

ANEXOS - ADENDA

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2021

H. Andra
C. António



3. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto Português de Oncologia de Coimbra - Francisco Gentil, E.P.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 130.397.043 euros e um total de fundos próprios de 71.990.303 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 14.241.704 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, e demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 e 2 de secção "Bases para a opinião com reservas", e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas no número 3 da mesma secção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto Português de Oncologia de Coimbra - Francisco Gentil, E.P.E. em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Os rendimentos de prestações de serviços no âmbito dos contratos programa com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) são reconhecidos anualmente com base nas melhores estimativas da Entidade relativas à produção realizada, que são posteriormente validadas pela ACSS. Considerando que à data do presente relatório ainda não se encontra encerrada a validação dos contratos programa dos anos de 2013, 2016 e seguintes e que desta validação poderão resultar acertos de valores materiais, não nos podemos pronunciar quanto a eventuais ajustamentos que decorram do encerramento desses contratos programa.
2. Não tendo sido possível obter resposta concordante e conclusiva aos pedidos de confirmação externa dos saldos mais relevantes de clientes, nomeadamente, ACSS e APS Centro, não nos podemos pronunciar quanto aos eventuais ajustamentos necessários na rubrica de "Clientes, Contribuintes e Utentes".
3. Conforme referido na nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui um excedente de revalorização de 22.258.185 Euros, decorrente de avaliação efetuada aos imóveis para realização de aumento de capital social, conforme preconizado no Decreto-Lei nº 276/2002, de 9 de dezembro. Até à data não se concretizou o referido aumento de capital. Adicionalmente, divulga-se na mesma nota que os imóveis avaliados são propriedade da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, não devendo estar evidenciados nas contas da Entidade, pelo que a revalorização efetuada e reconhecida não cumpre os critérios definidos pela FAQ 37 da Comissão de Normalização Contabilística para o Setor Público, estando o Ativo e o Capital Próprio sobrevalorizados em 13.083.842 Euros, valor líquido a 31 de dezembro de 2021.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos desses normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e a apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases:

1. Conforme divulgado na alínea b) da nota 1.2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Entidade procedeu à rectificação contabilística do excedente de revalorização resultante da avaliação dos imóveis do Campus Hospitalar, que até ao presente exercício se incluía na rubrica de Outras Reservas, passando agora a figurar na rubrica Excedente de Revalorização, tendo, para o efeito, procedido à reexpressão dos comparativos a 31 de dezembro de 2020. Não obstante a informação descrita no número 3 da secção "Bases para a opinião com reservas", esta regularização, bem como a referida reexpressão, mereceram a nossa concordância.
2. Conforme divulgado na alínea b) da nota 1.2 do Anexo às demonstrações financeiras, a Entidade procedeu, em fase final de fecho de contas de 2021, ao recálculo do Custo Médio Ponderado (CMP) de alguns artigos de Inventário, na sequência de se ter identificado uma distorção relevante neste método de custeio, provocada pelo incorreto enquadramento dos descontos comerciais obtidos no âmbito dos acordos Apiterma e outros protocolos. Este recálculo implicou uma correção nas demonstrações financeiras de 2021 no montante de 674 milhares de euros, reduzindo a rubrica de "Inventários" e aumentando a rubrica de "Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas". Considerando as limitações de informação no que respeita aos direitos associados aos descontos comerciais bem como a dificuldade em estimar com fiabilidade o CMP em anos anteriores, entendeu a Entidade ser inexecutável apurar e efetuar a reexpressão retrospectiva desta correção, pelo que alertamos que as rubricas "Inventários" e "Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" não são comparáveis entre os anos 2020 e 2021.
3. Conforme reportado na alínea b) do ponto VI. E do Relatório de Governo Societário e no ponto 1.7 do Anexo às demonstrações financeiras, à data desta prestação de contas ainda não se encontram aprovadas pelo Acionista as demonstrações financeiras referentes aos exercícios económicos desde 2014, inclusive.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Divulgamos abaixo as matérias relevantes de auditoria, além das descritas na secção "Bases para a opinião com reservas".

ALBERTO SANTANA, NOME EM REGISTRO, SÓCIO, LDA
RUA DO MAR 114
4100-008 LISBOA
LISBOA, NA GRUPO VI 02411000

SULFONER BENTÃO CASAL, N.º 14, SÓCIA
3800-017 COIMBRA
PORTUGAL

TEL: +351 218 420 100
FAX: +351 218 420 100

REGALGADOBENTÃO.PT
SPP@AMMADIC.PT



Inventários e Custo das Matérias Consumidas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos encontrados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>O custo das matérias consumidas ascende a 25.468 milhões de euros, e o valor do inventário ascende a 3.454 milhões de euros, valores que têm vindo a subir nos últimos anos. Paralelamente, verificamos cada vez um maior peso dos descontos comerciais obtidos na compra de medicamentos, que em 2021 ultrapassou os 7.257 milhões de euros.</p> <p>Considerando a relevância destes valores nas demonstrações financeiras, bem como a dificuldade de obtenção de informação sobre os descontos comerciais obtidos e a obter da indústria farmacêutica, identificamos esta matéria como relevante e sujeita a risco de distorção material na manutenção do inventário e do CMC.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria realizados para mitigação do risco identificado incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento do procedimento de contagens físicas e testes de recontagem em amostras das várias entidades; - Confronto entre as inventáricas finais a 31 de dezembro de 2021 e o saldo final de contabilidade; - Análise de rotção de artigos e validação do critério de Entidade para ao reconhecimento de perdas por imparidade no inventário; - Cálculo do custo médio ponderado para uma amostra significativa de artigos com relevância no inventário; - Consulta das plataformas de informação sobre os principais protocolos de descontos comerciais (Aplirama e Infirmid) para validação dos descontos comerciais reconhecidos; - Procedimentos de revisão analítica (nomeadamente, análise de regularidade) e procedimentos substantivos (análise documental) sobre os descontos obtidos para confirmação dos montantes acrescidos a 31 de dezembro de 2021; - Validação das divulgações sobre esta matéria nas demonstrações financeiras.

Gastos com o pessoal

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos encontrados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Os gastos com o pessoal, evidenciados na demonstração dos resultados por natureza, ascendem ao montante de 34.718 milhões de euros. Considerando a relevância deste valor nas demonstrações financeiras e existência de estimativas relevantes relacionadas com as remunerações a pagar no ano seguinte, identificamos esta matéria como relevante e sujeita a risco de distorção material na manutenção dos gastos reconhecidos.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria realizados para mitigação do risco identificado incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Validação da integridade do reconhecimento na contabilidade da informação de processamento de vencimentos produzida pelo software de recursos humanos; - Realização de procedimentos analíticos e indagações para validação das variações apresentadas nas demonstrações financeiras; - Realização de testes substantivos ao cálculo dos impostos egruados sobre os vencimentos, nomeadamente de funcionalitas; - Cálculo independente das estimativas de acréscimos de gastos com remunerações a pagar no ano seguinte, bem como das estimativas de acréscimos de

Handwritten signatures and initials in blue ink.



	<p>gestões com trabalho suplementar, processadas com delay temporal de 2/3 meses;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização e validação dos pressupostos utilizados na mensuração da responsabilidade reservada associada à bolsa de horas; - Validação das divulgações sobre esta matéria nas demonstrações financeiras.
--	---

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando existe. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondem a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto de continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicámos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auxiliamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração de execução orçamental de receita (que evidencia um total de receita bruta líquida de 306.797.913 euros), a demonstração de execução orçamental de despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 78.962.434 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte:

- No anexo às demonstrações orçamentais não foi incluída toda a informação prevista na NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, nomeadamente, no que respeita à "Situação dos contratos".

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto: (i) aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 e 2 da secção "Bases para a opinião com reservas" do Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras, (ii) aos efeitos das matérias referidas no número 3 da mesma secção e, (iii) aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Sobre as demonstrações orçamentais" do Relatório sobre outros requisitos legais e



ALBERTO DOMITENS, BARRALHEITE E ASSOCIADOS, TRUC, LDA
RUA DO BARRALHEITE 118
4000-061 COIMBRA
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO 500000000

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA FRANCISCO GENTIL, E.P.E.
RUA DO BARRALHEITE 118
4000-061 COIMBRA

Tel: (+351) 202 472 120
Fax: (+351) 202 472 100

EMAIL@AMMTRUC.PT
WWW.AMMTRUC.PT

Página 6 de 7
Handwritten signatures and initials: "Micaela", "JM", "Cucukuro"



regulamentares, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao nº 2 do art.º 54 do Decreto-Lei nº 139/2013, de 3 de outubro, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou o relatório de governo societário, separado do relatório de gestão, que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 55.º-8 do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos designados como Revisor Oficial de Contas da Entidade pela primeira vez por Despacho do Ex.mo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, datado de 13 de setembro de 2019, para o mandato de 2019-2021.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução do nosso trabalho de auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos, datado de 07 de abril de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 7.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Coimbra, 07 de abril de 2022

Alberto Martins, **Membros da Associação, SADC Lda., (SADC nº 226)**

representada por

Diana Inês de Costa Simões - (NCC nº 1781)

ALBERTO MARTINS, DANIELA PIRES E ASSOCIADOS, SADC, Lda
RUA BARBOSA 7118
4100-154 COIMBRA
SERCIO DA ENTIDADE Nº 2111100

SUA PROMISSÃO COIMBRA, Nº 79, SULA 404
3005-617 COIMBRA
PORTUGAL

TEL: +351 239 420 900
FAX: +351 239 420 900

EMAIL: @AMMADOC.PT
WWW.AMMADOC.PT